

27 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Chefe de UTI agiu de forma 'estritamente científica', diz defesa

Para advogado, não há meio técnico que possa embasar acusações de que médica de Curitiba apressou mortes

'É o maior erro judiciário', diz defesa de médica

O advogado da médica Virgínia de Souza, indiciada sob suspeita de provocar a morte de pacientes, diz que a polícia não tem meios científicos para embasar as acusações. Para Elias Assad, "é o maior erro judiciário" dos últimos anos.

Elias Mattar Assad afirma que testemunhas emitem opiniões e escutas mostram 'jargões próprios de UTI'

Em entrevista à **Folha**, o advogado da médica Virgínia Helena Soares de Souza, indiciada sob suspeita de provocar a morte de pacientes na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do Hospital Evangélico de Curitiba, afirmou que a polícia não tem meios científicos para embasar as acusações contra sua cliente.

Elias Mattar Assad sustenta que os laudos das vítimas apontam, até aqui, que as condições dos corpos condizem com as causas indicadas no atestado de óbito, e não comprovariam, portanto, o uso de anestésicos ou outros medicamentos para antecipar a morte.

Para o defensor, os depoimentos de testemunhas "podem nada ou muito pouco" para provar a materialidade dos crimes.

Assad sustenta que este é "o maior erro investigativo, judiciário e midiático" dos últimos anos no país.

Além de Virgínia, a chefe da UTI, estão presos outros quatro funcionários do Hospital Evangélico, o segundo maior de Curitiba (veja quadro nesta pág.).

Leia os principais trechos da entrevista com o advogado. (ESTELITA HASS CARAZZAI)

O sr. diz que faltam evidências científicas ao inquérito. Pode explicar?

Hoje, não há meios científicos que possam embasar uma conclusão como essa a que chegou a autoridade judiciária e a polícia.

Mas o decreto de prisão da sua cliente diz que o laudo cadavérico das vítimas permite a "subsunção sumária" [presume-se que o fato tem procedência] das denúncias...

Isso é uma prova de desconhecimento de medicina legal. Os laudos dizem que os pulmões estavam "armados, congestos ou hepatizados".

Isso é justamente o contrário: pessoas que apresentaram aquela causa mortis obrigatoriamente terão seus pulmões desta forma.

Todos os atos praticados nesses pacientes foram atos médicos estritamente científicos, fundamentados na literatura médica.

É justamente nesses aspectos que nós vamos nos apegar para demonstrar que este caso se converterá no maior exemplo de erro investigativo, judiciário e midiático dos últimos anos no nosso país.

O Ministério Público afirma que há uma possibilidade de alteração dos prontuários médicos. Qual a garantia de que isso não ocorreu?

Só se for por eles [polícia]. Porque veja bem: eles foram ao hospital, arrecadaram os prontuários médicos originais e não deixaram cópias.

Se houver alguma alteração, a culpa é de quem levou os originais.

Os depoimentos em que se fundamenta a polícia são bastante contundentes. Eles não são provas?

Não, porque a prova testemunhal não pode tudo. São delitos que necessitam de provas científicas e materiais para acusação.

A prova testemunhal ainda não pode nada, ou pode pouco.

CONTINUA

27 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Mas então a que atribuir esses depoimentos?

As pessoas mal compreenderam, se assustaram, se impressionaram e estão emitindo suas opiniões.

Mas elas têm um estudo científico para saber o que se passava realmente ali?

Se aquele ato de reduzir parâmetros do respirador era comum ou não, necessário ou não?

As escutas citadas pela polícia mostram frases bastante contundentes da sua cliente, como “O próximo que vamos desligar é o Fulano” ou “Não adianta entulhar a UTI; tem que girar”.

São, mas quero fazer uma ressalva: nós não temos os áudios originais.

Ela está duvidando de algumas coisas. Nós temos que fazer o confronto entre o que está no papel e o que está no áudio.

Além disso, tudo o que ela falou são jargões próprios de UTI. Se uma pessoa não tem mais como continuar viva e está morrendo, vai morrer!

Agora, daí a fazer uma suposição de que essas mortes eram antecipadas... Isso não aconteceu.

O inquérito também levanta a possibilidade de que ela agiria para “economizar tempo e dinheiro”.

Eu perguntei para ela como ela é paga. Ela me disse: “Eu ganho por leito. Se tem 14 leitos, eu ganho pelos 14 leitos. Se ficam vazios, eu não ganho. Mas, para mim, é a mesma coisa tirar um e pôr outro no lugar”.

Apressar o óbito [de um paciente] não aumentaria a renda dela.



Elias Mattar Assad, advogado da médica Virginia de Souza

“Hoje, não há meios científicos que possam embasar uma conclusão como essa a que chegou a autoridade judiciária e a polícia

Os atos praticados nesses pacientes foram atos médicos estritamente científicos, fundamentados na literatura médica.

É justamente nesses aspectos que vamos nos apegar para demonstrar que este caso se converterá no maior exemplo de erro investigativo, judiciário e midiático dos últimos anos no nosso país

ELIAS MATTAR ASSAD
advogado da médica indiciada sob suspeita de causar morte de pacientes na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

MORTES EM CURITIBA

Médica é investigada sob suspeita de causar a morte de pacientes

A médica
Virgínia Souza



RAIO-X

NOME

Virgínia Helena
Soares Souza

IDADE

56

ATUAÇÃO

> Médica há 30 anos
> Desde 1988 na UTI
do Hospital Evangélico
de Curitiba



O QUE DIZ A POLÍCIA

Denúncias e escutas telefônicas apontam indícios de que existe uma estrutura criminosa na UTI chefiada pela médica Virgínia Helena Soares de Souza que desligava aparelhos e usava medicamentos em pacientes para liberar leitos

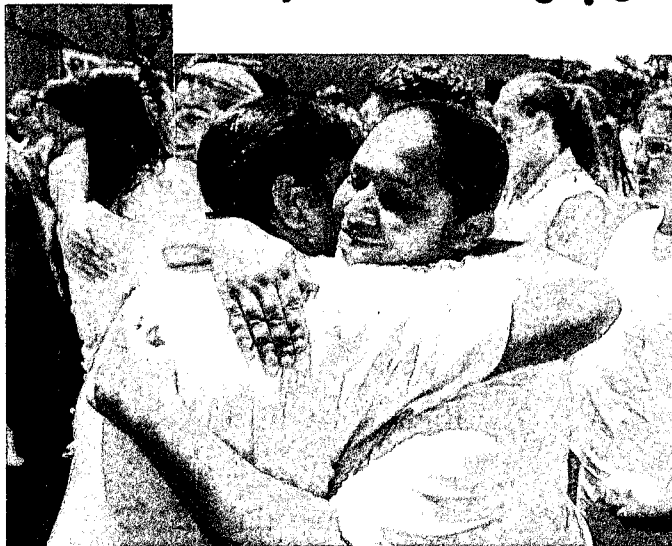


O QUE DIZ A DEFESA

Não há provas. A médica e sua equipe seguiam procedimentos médicos e são vítimas do "maior erro investigativo e midiático da história". Denúncias podem ser motivadas por alucinações comuns em casos de pacientes

CRONOLOGIA

27 FEV 2013



Funcionários dão abraço de apoio ao hospital

19.fev

Virgínia Helena Soares Souza, chefe da UTI do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba é presa sob suspeita de provocar a morte de pacientes. Em nota, o hospital elogia a profissional

21.fev

Bilhete mostra suposto pedido de uma paciente para que fosse retirada do hospital. Ao "Jornal Nacional", a mulher disse que ficou internada em dezembro de 2012 e ouviu a médica mandando que desligassem seus aparelhos

22.fev

Prisão da médica motiva onda de registros de ocorrência por familiares de pessoas que morreram quando estavam internadas no local. Até o dia 22, foram cerca de 60 novos depoimentos

23.fev

Três médicos que trabalhavam com Virgínia, todos anestesistas, são presos pela polícia. Os detidos são Maria Israela Boccato, Edison Anselmo da Silva Júnior e Anderson de Freitas

24.fev

Justiça determina que polícia entregue cópias de documentos apreendidos no caso aos advogados dos médicos presos. Funcionários promovem "abraço" em apoio ao hospital

25.fev

Enfermeira se apresenta à polícia, elevando para 5 o número de presos no caso. O nome dela não foi revelado. Investigação trabalha com a hipótese de que as vítimas tenham morrido pelo uso de anestésicos, combinado com a diminuição de oxigênio nos respiradores

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Sem prova material, polícia fará autópsia de pacientes da UTI

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

27 FEV 2013

A investigação que resultou na prisão de quatro médicos e uma enfermeira em Curitiba, acusados de provocar a morte de pacientes na UTI do Hospital Evangélico da cidade, ainda busca provas materiais para comprovar os supostos crimes.

Por isso, o próximo passo da polícia deve ser o pedido de autópsia de pacientes que morreram no local, para verificar se o uso de anestésicos, combinado com o desligamento ou a diminuição dos respiradores, provocou a morte dessas vítimas.

Até agora, a polícia fundamenta o inquérito em depoimentos de funcionários e ex-funcionários do hospital, além de escutas telefônicas.

Essas provas já resultaram no indiciamento da médica Virgínia Helena Soares de Souza, 56, por suspeita de homicídio qualificado. Ela nega todas as acusações.

No entanto, ainda não houve comprovação da materialidade dos supostos homicídios, como afirma o próprio Ministério Público, em parecer da última sexta-feira obtido pela **Folha**.

PRONTUÁRIOS

O documento afirma que os prontuários de cinco pacientes que morreram na UTI do Hospital Evangélico, apreendidos na última semana, estão sob análise de técnicos da Promotoria. É sobre esses prontuários, todos de janeiro de 2013, que se centram as investigações da polícia.

“[É] certo que a cabal comprovação da materialidade desses possíveis homicídios ainda não está definida”, diz o documento.

Comprovar a materialidade do crime é o principal desafio da polícia a partir de agora, uma vez que as autópsias precisam provar que houve uso de medicamentos não relacionados no prontuário do paciente e que estes provocaram a sua morte.

Como o estado de saúde dessas pessoas, contudo, já era delicado, a prova material de que a morte foi intencional pode ser impossível de ser obtida.

“Provavelmente, não haverá prova cabal”, diz um médico consultado ontem pela **Folha** que pediu anonimato.

‘LAUDO PERICIAL’

Ao determinar a prisão dos acusados, o juiz Pedro Sanson Corat, da Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba, segundo documento obtido pela reportagem, diz que a comprovação da possível ação criminosa só pode ser feita com “respaldo de laudo pericial”.

Ainda assim, a prisão dos suspeitos foi deferida para preservar a “ordem pública”, cessando a possibilidade de que os supostos crimes continuassem a ocorrer na UTI, e possibilitar a coleta de provas, já que, com a prisão da médica, vários funcionários se apresentaram à polícia para depor.

O decreto de prisão também cita outras declarações da médica, como: “O próximo que vamos desligar é Fulano” e “Tem alguns doentes que estão mortos, então, vai desligando as coisas”.

O próprio Ministério Público afirma, no parecer, que existem “fortes indícios” de autoria e destaca que os fatos apurados são “gravíssimos”.

27 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Voto sobre o mensalão sai até abril, diz Lewandowski

Cinco ministros dizem já ter concluído revisão

Revisor do processo do mensalão, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski disse ontem que vai liberar a revisão de seu voto respeitando “rigorosamente” o prazo regimental, que é de 60 dias e termina no dia 1º de abril.

Lewandowski disse que respeitar não significa esgotar o prazo. Ele afirmou que não fará nenhuma retificação na essência de suas teses levantadas no processo.

O reexame dos votos é essencial para a publicação do acórdão, que traz o resultado do julgamento e abre o prazo de cinco dias para as defesas dos 25 condenados apresentarem recursos questionando contradições dos ministros.

Só após a análise dos recursos o processo poderá ser considerado transitado julgado, ou seja, finalizado, e as penas como prisão e multas começam a ser cumpridas.

“Eu tenho mais de 2.000 páginas em notas taquigráficas para reexaminar. Não vou retificar nada na essência”, disse Lewandowski. Dos 11 ministros que atuaram no julgamento, concluíram a revisão Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa, Marco Aurélio, além de Ayres Britto e Cezar Peluso, que já se aposentaram.

Luiz Fux e Rosa Weber dizem que devem liberar o voto nos próximos dias. Carmen Lúcia, Dias Toffoli e Celso de Mello não se manifestaram.

27 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF julga hoje

caso dos vetos

presidenciais

no Congresso

Plenário decidirá se vetos precisam ser votados em ordem cronológica

O impasse começou quando políticos do Rio recorreram ao STF para barrar a votação do veto à lei sobre os royalties

O Supremo Tribunal Federal julgará hoje se o Congresso é obrigado a analisar em ordem cronológica os vetos presidenciais acumulados há mais de uma década e deve decidir ainda se a pauta do Congresso fica trancada se os vetos não são apreciados.

Ministros do STF preveem uma discussão complicada. A Advocacia-Geral da União pediu que a corte determine que a análise cronológica tenha efeito só para vetos editados nos últimos 30 dias e não para os 3.060 penderes.

O impasse começou no fim do ano passado quando parlamentares do Rio e do Espírito Santo recorreram ao STF para barrar a votação do veto da presidente Dilma Rousseff à lei dos royalties, que estabelece uma nova distribuição das receitas de petróleo.

Em decisão provisória, Fux determinou que os vetos precisavam ser votados seguindo a ordem de chegada ao Legislativo, o que suspendeu a análise do veto aos royalties.

A Constituição diz que os vetos devem ser analisados no máximo em 30 dias. Se o prazo não for cumprido o veto deve ser “colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições”. Nos últimos anos isso não tem ocorrido.

O despacho de Fux gerou uma dúvida sobre o Orçamento de 2013, ainda não votado. Políticos e o Planalto entenderam que a medida de Fux bloqueou sua votação.

Fux nega e diz que o Congresso está livre para analisar outras propostas. Ministros do STF dizem que a tendência é que a tese seja aceita. Em relação a análise dos vetos, eles ainda discutiam uma saída para o caso. Para o ministro Ricardo Lewandowski, o STF terá de decidir se o rito para votação dos vetos é uma questão regimental do Congresso ou constitucional: “A questão é complicada”.

27 FEV 2013
FOLHA DE S. PAULO



» LIMPEZA Pilhas de processos que serão jogadas fora pelo STJ; serão descartadas 15 t de papéis, referentes a 12.161 habeas corpus com mais de dez anos de trânsito em julgado

27 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

JUSTIÇA

Acusado de espancar e matar bebê é condenado a 26 anos

DE RIBEIRÃO PRETO - Foi condenado a 26 anos e oito meses de prisão por homicídio duplamente qualificado Edilson Roberto Nogueira, acusado de espancar e matar o enteado Gustavo Rafael Rodrigues, de um ano e quatro meses, em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo). O crime ocorreu em 2009.

O bebê morava com a mãe, Vanessa Paulino, e o padrasto em um hotel do centro da cidade e na hora do crime estava sob os cuidados dele.

Na época, Nogueira, então com 23 anos, havia dito que os ferimentos tinham sido provocados porque o bebê caiu da cama.

O bebê foi levado ao Hospital das Clínicas de Ribeirão, mas morreu. As explicações do médico legista no plenário do júri, porém, contestaram a versão do padrasto. Segundo ele, os ferimentos que a criança apresentava não poderiam ter sido provocados pela queda da cama.

A reportagem tentou ouvir por telefone celular e no escritório os advogados que defendem Nogueira para saber se eles vão recorrer da decisão, mas eles não foram localizados na tarde de ontem.

Justiça de Sergipe nega ações movidas por PMs contra Rita Lee

DE SÃO PAULO - A Justiça de Sergipe negou ontem pedidos de indenização feitos por 35 PMs que se sentiram ofendidos pela cantora Rita Lee, durante um show em janeiro de 2012, em Barra dos Coqueiros (na região metropolitana de Aracaju).

A sentença foi proferida pelo juiz substituto do 7º Juizado Especial Cível, Alexandre Lins. Cada policial pedia R\$ 24.880, alegando danos morais.

Durante o show, Rita Lee xingou os policiais de “cachorros” e “filhos da puta” e criticou a agressividade da PM contra o público. A polícia afirmou ter agido porque parte da plateia fumava maconha. Ela foi detida por apologia ao crime e desacato, levada à delegacia, onde prestou depoimento, e depois liberada.

Carlos Sanseverino, advogado da cantora, considerou a sentença “uma grande vitória”. Os policiais vão recorrer.

27 FEV 2013

METRO

MP defende trabalho da polícia no Evangélico

Mortes na UTI. Promotoria de Defesa da Saúde diz que 'os elementos probatórios que constam até o momento no inquérito são considerados fortes' e garante que acompanha diretamente a investigação do Nucrisa. Hospital quer afastar delegada do caso

Fatos do inquérito são fortes, diz MP

Hospital Evangélico. Ministério Público afirma que foi favorável aos pedidos de prisão e de busca e apreensão apresentados pela polícia. Delegada não será afastada do caso

O MP-PR (Ministério Público do Paraná) disse ontem que os fatos que constam no inquérito que investiga as mortes da UTI do Hospital Evangélico são considerados fortes. Por isso, informou que é favorável aos pedidos de prisão e de busca e apreensão que foram apresentados pela Polícia Civil e autorizados pelo Poder Judiciário. O caso é acompanhado pela Promotoria de Proteção à Saúde Pública de Curitiba.

No entanto, o Ministério Público ressalta que "os fatos investigados referem-se a situações já ocorridas, e em setor específico do hospital" e que "a instituição de saúde atua hoje em padrões de normalidade técnica, e que a população pode continuar a recorrer aos serviços."

Investigação

Cinco mortes que ocorreram na UTI Geral do Evangélico são investigadas pelo Nucrisa (Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde), de acordo com o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinicius Michelotto. O outro caso é de um paciente que está vivo.

Apesar do sigilo do inquérito ter sido quebrado pela Justiça, os detalhes do caso só serão repassados depois que os familiares dos pacientes forem comunicados oficialmente.

Sidepol

Ontem, o Sidepol (Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná) afirmou que a investigação comandada pela delegada Paula Brisola "foi

feita dentro de padrões internacionais, utilizando todos os recursos atuais de intervenção permitidos pelo Estado de Direito, tais como interceptação telefônica, infiltração, oitivas de testemunhas e requisição de documentos."

Segundo Michelotto, a delegada agiu corretamente e não será afastada do cargo, como pedem os advogados do Hospital Evangélico.

27 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Inquérito sobre mortes em UTI tem sigilo quebrado

Após Hospital Evangélico
criticar ação, Sidepol defendeu
trabalho da polícia

MORTES NA UTI

Justiça quebra sigilo em investigações

Curitiba - A Vara de Execuções Penais de Curitiba quebrou o sigilo do inquérito que investiga os procedimentos feitos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Geral do Hospital Evangélico da capital. A solicitação foi concedida no final da noite de segunda-feira.

A delegada Paula Brisola, do Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), fez a solicitação na última sexta-feira, mesmo dia que outros quatro mandados de prisão de funcionários (três médicos e uma enfermeira) foram expedidos. Há uma semana, a delegada afirmou, durante uma coletiva, que havia pedido para o inquérito correr em segredo de Justiça porque "poderia causar comoção pública". A assessoria da Polícia

Civil informou que somente após todos os familiares de pessoas que passaram pela UTI do hospital e vieram a óbito serem comunicados oficialmente, o Nucrisa vai se manifestar sobre o caso.

Em coletiva na segunda-feira, o Hospital Evangélico informou que seis prontuários tinham sido recolhidos pela polícia sendo que, em um dos casos, o paciente se recuperou. Estes pacientes ficaram internados na UTI entre 24 e 28 de janeiro. A investigação do Nucrisa culminou na prisão da médica Virgínia Soares de Souza, no último dia 19. Ela deve ser indiciada por homicídios qualificados. A reportagem entrou em contato com o advogado Elias Mattar Assad, defensor da médica Virgínia, e que vinha pedindo a quebra do sigilo, mas não obteve retorno até o fechamento da edição.

Sindicato

Depois das declarações dos responsáveis pelo Hospital Evangélico, que classificaram a investigação de "policialesca e midiática", o Sindicato

dos Delegados de Polícia do Paraná (Sidepol) divulgou uma nota ontem. "A investigação criminal foi realizada dentro de padrões internacionais, utilizando todos os recursos atuais de intervenção permitidos pelo Estado de Direito, tais como interceptação telefônica, infiltração, oitivas de testemunhas e requisição de documentos", assinou o delegado Jaime Estorillo, presidente do Sidepol.

O Ministério Público do Paraná afirmou ontem, também por meio de nota, que "o inquérito policial está sendo acompanhado com as cautelas necessárias para o esclarecimento dos casos em apuração". O órgão ainda ressaltou que "os elementos probatórios que constam até o momento no inquérito são considerados fortes, razão pela qual o MPPR manifestou-se favoravelmente em relação aos pedidos de prisão".

CONTINUA

27 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO



Quebra de sigilo foi pedida pela delegada Paula Brisola, responsável pelo caso

MAZZA

Delicadeza

Como todo o sistema hospitalar aparentemente em crise a reabertura da UTI do Evangélico de Curitiba é imperiosa por seu bloqueio representar nada menos de dez leitos em disponibilidade em toda rede sabidamente deficitária.

27 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

AGENDA

Magistratura

Foz do Iguaçu – Abertas até o dia 28 de fevereiro matrículas para o 12º curso de preparação à Magistratura e pós-graduação *latu sensu* em Direito oferecidos pelo Núcleo de Foz do Iguaçu da Escola da Magistratura do Paraná (Av. Pedro Basso, 1001 – Fórum Estadual – 3º andar). Início previsto das aulas em 4 de março. As matrículas poderão ser feitas através de preenchimento da ficha na página da escola www.emap.com.br e apresentação, na Secretaria do Núcleo de Foz do Iguaçu, do comprovante de depósito da taxa de matrícula e da seguinte documentação: diploma de bacharel em Direito ou declaração de que está cursando o décimo período ou último ano do curso de graduação até o mês de fevereiro de 2013, cópia da Cédula de Identidade, cópia do CPF autenticadas e uma foto 3X4.

27 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

MP deve denunciar 4 por homicídio qualificado

São Paulo - O Ministério Público do Rio Grande do Sul deve denunciar por homicídio doloso qualificado os quatro investigados pelo incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), após a conclusão do inquérito da Polícia Civil, informa um dos promotores responsáveis pelo caso, Joel Dutra.

De acordo com o promotor, a investigação policial já fornece elementos suficientes para enquadrar os investigados na denúncia de homicídio doloso - quando tem a intenção de matar - qualificado.

Os quatro investigados - Elissandro Spohr e Mauro Hoffman, sócios da Kiss, o membro da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo dos Santos, e o produtor do grupo, Luciano Augusto Bonilha Leão - estão presos provisoriamente. A tragédia, ocorrida no dia 27 de janeiro, deixou 239 mortos devido a um incêndio, supostamente iniciado por artefato pirotécnico utilizado por membros da banda.

Tribunal adia decisão sobre multa à CBF

São Paulo - O Tribunal de Justiça de São Paulo adiou ontem a decisão sobre a multa milionária que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Federação Paulista de Futebol (FPF) teriam que pagar por causa do escândalo da "Máfia do Apito". As duas entidades foram condenadas em R\$ 220 milhões por danos morais difusos.

De acordo com a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de São Paulo, o adiamento foi um pedido da revisora do caso, que quer reavaliar o processo. A decisão deve sair apenas na semana que vem.

A "Máfia do Apito" foi descoberta em 2005. Na oportunidade, os árbitros Edilson Pereira de Carvalho e Paulo José Daneilon fraudaram jogos do Campeonato Paulista e do Brasileiro a mando de apostadores, num esquema comandado pelo empresário Nagib Fayad. Onze partidas do Nacional foram disputadas novamente.

27 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

Judiciário

A Comissão Especial instalada pela Assembleia para analisar a PEC que muda o sistema de escolha do presidente do Tribunal de Justiça deve apresentar o parecer sobre a Emenda em reunião que será realizada na próxima segunda-feira. Pela proposta, todos os 120 desembargadores do TJ poderão ser candidatos à Presidência do tribunal, e não mais somente os 25 que compõem o Órgão Especial. A mudança foi pedida por 100 desembargadores em documento encaminhado aos deputados.

27 FEV 2013

JORNAL DO ESTADO

HOSPITAL

MP-PR E DELEGADOS apoiam investigação

Entidades de classe saem em defesa
da delegada do Nucrisa, Paula Brizola

Um dia depois de ser criticada pela direção do Hospital Universitário Evangélico e pela defesa da médica Virgínia Soares de Souza — presa desde a semana passada acusada de homicídio qualificado em uma das UTIs do hospital — a, delegada do Núcleo de Repressão de Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), Paula Brizola, recebeu o apoio de entidades de classe e também do Ministério Público do Paraná (MP-PR).

Em coletiva na tarde de ontem, o Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná (Sidepol) e a Associação dos Delegados de Polícia do Paraná (Adepol) se manifestaram e defenderam as investigações sob a tutela da delegada.

“A investigação criminal realizada pela Dra. Paula Brizola foi feita dentro de padrões internacionais, utilizando todos os recursos atuais de intervenção permitidos pelo Estado de Direito, tais como interceptação telefônica, infiltração, oitivas de testemunhas e requisição de documentos. A repercussão ocorrida na mídia

foi consequência da gravidade do fato investigado, sendo repassado à imprensa o mínimo de informações necessárias ao entendimento do caso, havendo também curiosamente uma grande participação do próprio advogado da indiciada na propagação “midiática” como citou o advogado do hospital, diz em nota o Sidepol.

O MP-PR também emitiu nota sobre o caso. “Os elementos probatórios que constam até o momento no inquérito são considerados fortes, razão pela qual o MP-PR manifestou-se favoravelmente em relação aos pedidos de prisão e de busca e apreensão apresentados pela autoridade policial e deferidos pelo Poder Judiciário”, diz a nota.

A nota do MP-PR também enfatiza que “a instituição de saúde atua hoje em padrões de normalidade técnica, e que a população, como já frisado em pronunciamento anterior, pode continuar a recorrer aos serviços do HUEC, como faria em relação a qualquer outra instituição de saúde”.

Sem sigilo — Ontem, a Justiça paranaense derrubou o sigilo das investigações sobre o caso, e ordenou que todas as provas coletadas até o momento estivessem à disposição da defesa dos acusados, que receberam o material e ainda os estudam. Mas o delegado Kiyoshi Hattanda, presidente da Adepol, falou sobre o que ouviu das gravações feitas pelo Nucrisa. “São estarrecedoras”, comentou, sem entrar em detalhes.

Ontem, mais familiares de pessoas que morreram na UTI chefiada pela médica Virgínia foi ouvida no Nucrisa. Até o momento já foram coletados mais de 100 depoimentos.

Na segunda-feira, o advogado do Evangélico avisou que a direção do hospital iria entrar com uma representação contra a delegada Paula Brizola. Até um pedido de afastamento da delegada do caso era especulado.

27 FEV 2013

GAZETA DO POVO

A farra dos superbenefícios

Extinguir os 14º e 15º salários dos parlamentares é louvável, mas a medida não faz mais que corrigir distorções injustas, das quais o país ainda está cheio

A promessa é do seu novo presidente, deputado Henrique Alves: a Câmara Federal deve votar ainda nesta semana (e muito provavelmente hoje) o projeto que extingue o pagamento de dois salários extras aos congressistas — os incompreensíveis 14.º e 15.º que, no fim e no começo de cada ano legislativo, enriquecem suas contas bancárias em cerca de R\$ 55 mil. Feitas as contas, considerando que são 594 os parlamentares, descobre-se que R\$ 33 milhões do dinheiro público se esvaem por ano na concessão de um privilégio que não é dado a trabalhadores comuns.

A tentativa de extinção destes salários esdrúxulos é fruto de um projeto da senadora paranaense Gleisi Hoffmann (atual ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República), aprovado por unanimidade no Senado em maio do ano passado e em seguida encaminhado à Câmara para votação final. Curiosamente, é bom que se registre, embora os 81 senadores tenham sido unanimemente favoráveis à extinção, sua sinceridade foi submetida pela primeira vez à “prova dos nove” no fim do ano passado: apenas 15 deles abriram mão de receber os extras!

E assim, graças à demora na tramitação e graças ao direito adquirido pela maioria dos senadores, o fim de 2012 e o início de 2013 mantiveram a sangria, comprovando a máxima de que nada é mais fácil neste país que esbanjar o dinheiro público. Poder-se-ia recorrer a surradas comparações para o mal que desperdícios do gênero fazem ao povo: com os R\$ 33 milhões pagos a título de nada aos parlamentares, quantas moradias populares poderiam ser construídas? Quantas creches poderiam ser criadas? Quantas vidas seriam salvas se o dinheiro tivesse sido aplicado nos nossos falidos hospitais?

Mas, além de não serem sequer necessárias tais comparações, seriam também apenas uma gota no mar de desperdícios que inunda a administração pública em todas suas esferas. Não há limites na sanha, a ponto de se tornarem inúteis as leis que tentam contê-la: propõe-se, por exemplo, um teto salarial para o funcionalismo público, mas que, ao contrário da boa intenção, acaba se tornando, na prática, um piso. É o caso do recente exemplo dado pela Câmara Municipal de Curitiba, que autorizou proventos superiores a R\$ 28 mil para servidores aposentados — salário maior até que o de um ministro da ativa do Supremo Tribunal Federal —, que só foram suspensos após denúncia desta Gazeta do Povo.

Contem-se também outros “truques” para engordar artificialmente os subsídios de algumas castas de servidores, frequentemente privilegiadas com auxílios-livros, auxílios-moradias, até auxílios-frutas frescas, férias anuais de dois meses etc. — salários indiretos que acabam por se incorporar indefinidamente aos padrões e, conseqüentemente, por submeter as finanças públicas a tantos maus-tratos também indefinidamente, em detrimento do bem coletivo. E, quando prevalece o bom senso, como quando o presidente da Assembleia Legislativa barrou a criação de uma aposentadoria complementar para os deputados estaduais bancada com dinheiro público, os interessados não se acanham: recorrem à Justiça, como fizeram dois deles, na tentativa de obter o benefício, felizmente negado pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

Nem se fala aqui da corrupção deslavada, do superfaturamento nos serviços e obras públicas, nas obras inúteis ou desnecessárias, na burocracia infundável, tudo isso fonte inesgotável de recursos preciosos, fruto dos impostos pagos pela população empreendedora e trabalhadora, que se jogam sem piedade para o ralo. O preço desta prática se reflete nos baixos índices de investimento produtivo, nos “pibinhos”, na pobreza de largas parcelas do povo, na baixa qualidade dos serviços de saúde e de educação, na deficiente segurança pública...

No momento em que a Câmara Federal sinaliza a possibilidade de votar a extinção dos 14.º e 15.º salários, resta-nos apelar para a consciência dos deputados quanto às suas responsabilidades cívicas, a seus compromissos com o bem coletivo e com o desenvolvimento econômico e socialmente justo. Há esperança?

27 FEV 2013

GAZETA DO POVO

Agente gravou diálogos de médica

Quebra de sigilo no inquérito que apura mortes na UTI do Hospital Evangélico traz à tona detalhes da investigação

Diego Ribeiro e Rosana Félix

Exames de necropsia feitos em pacientes que morreram no Hospital Evangélico entre o fim de dezembro de 2011 e março de 2012 apontaram para a existência de pulmões congestionados e com secreção, o que deu força à denúncia anônima sobre uso de medicamentos com a intenção deliberada de matar pacientes na UTI geral da instituição. Entretanto, a investigação da Polícia Civil e do Ministério Público sobre o caso também revelou que remédios desse tipo não deixariam vestígio no corpo, e que para comprovação dos fatos seria necessário colocar um agente infiltrado, com autorização para registrar áudios e vídeos dentro do hospital.

Esses são alguns dos detalhes que vieram à tona ontem, após a Justiça determinar o fim do sigilo do inquérito que investiga seis mortes na UTI do Evangélico, as quais teriam tido participação de Virgínia Helena Soares de Souza, chefe da unidade, e de outros quatro profissionais que atuavam no local, todos presos atualmente. Entre os documentos a que a *Gazeta do Povo* teve acesso, não constam gravações nem relatórios sobre os fatos observados pelo agente.

Em um dos trechos do pedido de prisão temporária feito à Justiça, há partes de conversas que podem ter sido gravadas pelo agente. Em uma delas, a médica afirma que há doentes que “já estão mortos”, em uma constatação de que alguns pacientes não podem mais se recuperar. Em outro momento, ela fala que não adianta “entulhar a UTI” e que é preciso “girar”. Inicialmente, o juiz não permitiu a interceptação telefônica, mas depois deu a permissão.

A denúncia original, feita de forma anônima, usou o termo “a prática de homicídios em pacientes da UTI”, que tinha a intenção de liberar leitos na unidade. As vítimas seriam pacientes que estavam em coma, com risco de ter sequelas ou de demorar para sair da situação. Segundo a denúncia, o primeiro passo era diminuir a frequência do respirador e, em seguida, administrar um sedativo — “geralmente Pavulon ou Proposol” —, o que causava a diminuição da atividade respiratória e o possível óbito do paciente.

A polícia verificou os laudos de cinco homens — um de 24 anos, morto em dezembro de 2011; outro de 45 anos, morto em 8 de março de 2012; o terceiro em 24 de fevereiro; o quarto, em 2 de março; e, por fim, outro homem morto em 3 de março; há ainda outra pessoa, não identificada no inquérito. Os familiares dessas pessoas estão sendo comunicadas pela polícia e, enquanto isso, a *Gazeta do Povo* preservará o nome das vítimas.

Defesa

“Primeiro prenderam para depois investigar”, criticou o advogado de Virgínia, Elias Mattar Assad. De acordo com ele, a polícia não conhece medicina legal. “Vou provar isso no curso do caso.”

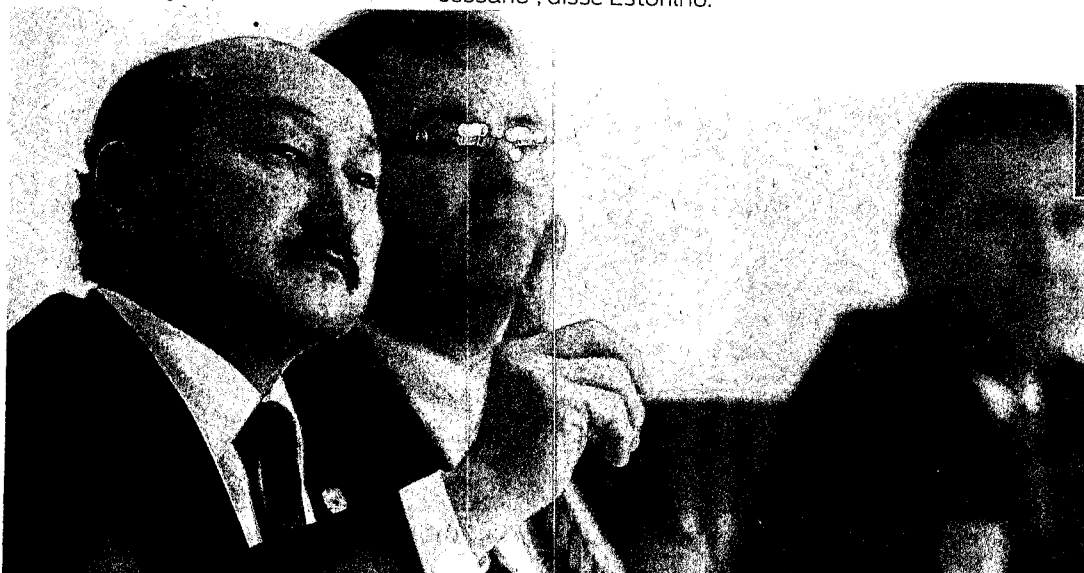
CONTINUA

MP e delegados defendem atuação policial

O Ministério Público (MP), a Associação dos Delegados de Polícia (Adepol) e o Sindicato dos Delegados de Polícia (Sídepol) do Paraná saíram em defesa ontem da delegada Paula Brisola, que conduziu as investigações sobre supostos homicídios na UTI do Hospital Evangélico. O ato de desagravo ocorreu um dia após a instituição de saúde reclamar em público da atuação policial no ca-

so. "Os áudios são as principais provas do inquérito, e os áudios são estarrecedores", disse o presidente da Adepol, **Kiyoshi Hattanda (foto)**. O presidente do Sídepol, Jairo Estorilho, reforçou a tese de que não houve abuso de autoridade em nenhuma etapa da investigação. Ele também classificou como inadequado o posicionamento do hospital, que tituló a operação como policial e midiática. "A classe médica presta um enorme serviço à sociedade. Mas os médicos não estão acima da lei e serão investigados caso seja necessário", disse Estorilho.

27 FEV 2013



SEM TITULAÇÃO

Uma entidade nacional de médicos intensivistas desmentiu a afirmação do Hospital Evangélico de Curitiba sobre a titulação da médica que está sendo investigada pelas mortes na UTI geral. "A Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), única entidade reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Associação Médica Brasileira (AMB) como representante dos profissionais que atuam nas unidades de terapia intensiva, comunica que a médica Virgínia Helena Soares de Souza não é titulada em Medicina Intensiva, pois não consta seu registro como especialista titulada no CFM, tampouco na Amib." Segundo a associação, é necessário fazer dois anos em residência intensiva e uma prova para obter o título. "Se o mesmo não for certificado pelo CFM, não tem validade legal", diz a nota.

ERRAMOS

A foto publicada na reportagem "Derrubado sigilo no inquérito que apura mortes em hospital", na edição de ontem, não era do advogado Gláucio Antônio Pereira, mas sim do advogado Hélio Gomes Coelho Júnior, conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Ambos estavam presentes na entrevista coletiva da direção do Hospital Evangélico. Aos leitores, nossas desculpas pelo equívoco.

GAZETA DO POVO

>> PRESERVAÇÃO

Justiça dá aval para criação de parque

Implantação do Parque dos Campos Gerais está parada há 6 anos devido a ações judiciais movidas por proprietários de terras

| Katia Brembatti

! Criado, no papel, em 2006, o Parque Nacional dos Campos Gerais teve o processo de “nascimento” confirmado pela Justiça. A última das três ações que questionavam a caducidade do decreto que cria a unidade de conservação foi julgada recentemente. Todas apontaram para a legalidade do processo. Até o Supremo Tribunal Federal se manifestou, reforçando que o parque só pôde deixar de existir legalmente se uma lei revogar a criação da unidade de conservação. Vencido o imbrólio jurídico, a expectativa é que a fase de implantação do parque deslanche.

Trechos dos municípios de Ponta Grossa, Castro e Carambeí estão dentro da área do parque, que tem 21,2 mil hectares — tamanho semelhante ao da cidade de Colombo —, com porções preservadas de Mata de Araucária e de campos.

As ações foram ajuizadas por proprietários de áreas que estão dentro ou no entorno do parque. Eles argumentam que são responsáveis por fazendas produtivas, que estão sendo penalizados por terem preservado o meio ambiente e que não querem deixar as propriedades. “Todas as ações até agora reconheceram o parque como legítimo e legal”, diz Marcio Ricardo Ferla, chefe do Parque Nacional dos Campos Gerais, do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).

Desapropriação

Ferla conta que a fase atual da implantação do parque consiste na preparação de todos os procedimentos de desapropriação das fazendas e reconhece que essa é uma etapa demorada e burocrática. “Precisamos avaliar se os documentos são válidos, se a terra pertence realmente a quem diz que é dono e outros passos essenciais”, comenta.

Certa de 30 casos, que correspondem a 52% da área, estão encaminhados. Ainda não foram feitos pagamentos, mas a previsão é de que os primeiros sejam efetivados neste ano. A estimativa é que algumas centenas de milhões de reais deverão ser destinadas às desapropriações, já que cerca de 140 fazendas estão dentro do perímetro da unidade de conservação.

Para o chefe do parque, a decisão judicial não altera o ritmo de trabalho — que seguia independentemente do debate jurídico. Ferla ainda destaca que há proprietários interessados na desapropriação rápida das áreas. “Muitos me dizem que a fazenda é só mata e que já não podiam fazer nada na área”, explica. O ICMBio vai avaliar as áreas e pretende pagar as propriedades com base no valor de mercado. Ele ainda pondera que os proprietários do entorno podem tirar proveito do parque, com pousadas e outros serviços potencialmente ofertados a turistas.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

Fazendeiros alegam que período de desapropriação caducou

Sobre a desapropriação das áreas, fazendeiros e ICMBio divergem a respeito do conteúdo da sentença. Os proprietários consideram que a decisão judicial, apesar de ter confirmado a legalidade do parque, inviabiliza a implantação efetiva. "Será um parque no papel apenas, porque o período de desapropriação caducou e sem tomar a posse da área o governo não pode fazer um parque de verdade", diz Gustavo Ribas Neto, presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa. No entendimento de Ribas, o instrumento que permitiria o pagamento pelas áreas não existe mais. Ribas ainda alega que faltaram critérios técnicos para a criação da unidade, repleta de áreas destinadas à agropecuária. "Temos nessas propriedades R\$ 80 milhões de faturamento ao ano e 2,5 mil pessoas", diz. Para o representante dos fazendeiros, o pagamento por serviços ambientais seria uma forma bem mais interessante de preservar a área, gastando menos recursos públicos. Ele declara ainda que o parque tem reflexos em restrições de cultivo para os proprietários que estão na área de entorno, que é de 500 metros de faixa.

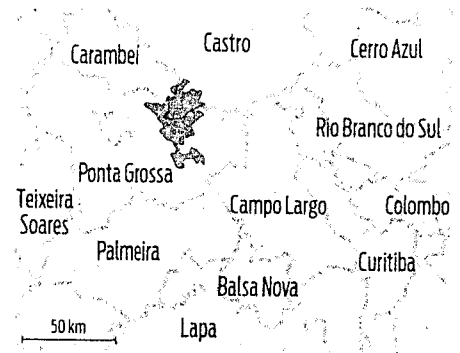
O chefe do Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG), Márcio Ricardo Ferla, argumenta que a caducidade do processo de desapropriações foi apontada, pela Justiça, somente em relação ao Parque Nacional de Ilha Grande e que, eventualmente, o decreto que possibilita as indenizações pelas áreas pode ser reeditado.

27 FEV 2013

MANCHA VERDE

Área de 21,2 mil hectares repleta de Mata de Araucária e de vegetação de campos forma o Parque Nacional dos Campos Gerais.

- Área urbana
- Parque Nacional dos Campos Gerais



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

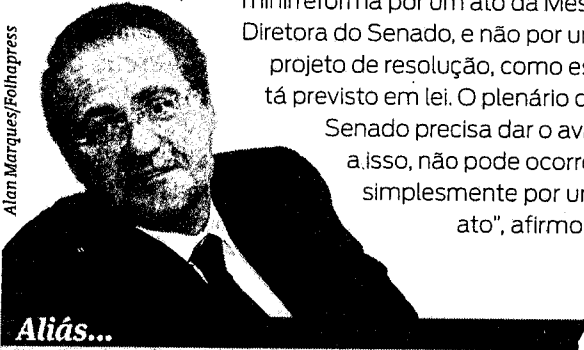
Para o SUS, nós?

27 FEV 2013

O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis) vai ingressar hoje com mandado de segurança na Justiça do Distrito Federal para tentar suspender a decisão do presidente do Senado, **Renan Calheiros (PMDB-AL, foto)**, de transferir médicos e profissionais de saúde da Casa para o SUS. Na semana passada, o peemedebista anunciou a extinção dos serviços ambulatoriais do departamento médico do Senado. A medida deixará 137 profissionais de saúde – entre médicos, enfermeiros, nutricionistas e fisioterapeutas – com funções ociosas na Casa. Por esse motivo, Renan pretende adotar sugestão do ministro Alexandre Padilha (Saúde) para transferi-los ao SUS. O presidente do Sindilegis, Nilton Paixão, disse que a reforma administrativa promovida por Renan, que prevê a extinção de parte do serviço médico, foi implantada de forma ilegal. "Fez-se uma

minirreforma por um ato da Mesa Diretora do Senado, e não por um projeto de resolução, como está previsto em lei. O plenário do Senado precisa dar o aval a isso, não pode ocorrer simplesmente por um ato", afirmou.

Alan Marques/Folhapress



Aliás...

Paixão também alega que a medida não tem resultados práticos, sem redução de custos, uma vez que os servidores concursados vão continuar a receber os pagamentos pelo Senado. O sindicalista afirma que, ao contrário, a extinção dos atendimentos vai ampliar em R\$ 19 milhões os gastos com o plano de saúde dos servidores.

ENTRELINHAS

Tortura, nunca mais

Embora cercada de grande expectativa em relação à redução da criminalidade, a instalação da UPS Uberaba também foi marcada por uma denúncia de tortura policial contra o servente de pedreiro Ismael Ferreira da Conceição, na época com 19 anos. O caso teria acontecido após o rapaz ser confundido com um assaltante.

♦♦♦

Segundo o advogado Ivan Luiz Camargo dos Santos, que representa Ismael no processo que investiga a denúncia, o caso ainda está longe de um desfecho. A ação criminal está em análise na PIC (Promotoria de Investigações Criminais) e o inquérito militar está com o promotor da Vara de Auditoria da Justiça Militar Estadual, que ainda precisa ouvir testemunhas. Quanto a Ismael, ele informou que o rapaz voltou a morar com a família em Piraquara e que, depois de alguns meses parado, conseguiu voltar a trabalhar.

TC pede mais comissionados ao custo de R\$ 2 mi ao ano

O Tribunal de Contas do Estado (TC) encaminhou ontem à Assembleia Legislativa projeto de lei que prevê a criação de 22 cargos em comissão – de livre indicação e que não precisam passar por concurso público. Essa é a primeira medida adotada pelo novo presidente do órgão, Artagão de Mattos Leão, que assumiu o cargo há cerca de um mês. No total, o impacto aos cofres públicos será de R\$ 2 milhões anuais.

Pelo projeto, serão criados cinco cargos de assessor jurídico da presidência, sete de assessor administrativo de conselheiro, cinco de assistente técnico da presidência e cinco de oficial de gabinete da presidência. Quinze cargos, portanto, serão ligados diretamente a Mattos Leão.

27 FEV 2013

GAZETA DO POVO

MP vai denunciar quatro acusados por homicídio qualificado

O Ministério Público (MP) do Rio Grande do Sul deve denunciar por homicídio doloso qualificado os quatro investigados pelo incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), após a conclusão do inquérito da Polícia Civil, informa um dos promotores responsáveis pelo caso, Joel Dutra. De acordo com ele, a investigação policial já fornece elementos suficientes para enquadrar os investigados na denúncia de homicídio doloso (quando há a intenção de matar) qualificado (sem chance de defesa).

“Os elementos que já temos fornecem subsídios suficientes para enquadrar [os investigados] nesse crime. É necessário a materialidade [do crime] e indícios de autoria para ter o dolo. O processo policial já tem esses indícios de autoria. Eles [investigados] teriam agido assumindo esses riscos [de incêndio], apontando descaso dos acusados com o risco”, explicou Dutra. “Além disso, morte por asfixia transforma o homicídio simples em qualificado”, emendou.

Os quatro investigados — Elissandro Spohr, o Kiko, e Mauro Hoffman, sócios da Kiss, o membro da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo dos Santos, e o produtor do grupo, Luciano Augusto Bonilha Leão — estão presos provisoriamente. A tragédia, ocorrida no dia 27 de janeiro, deixou 239 mortos devido a um incêndio, iniciado por um artefato pirotécnico utilizado por membros da banda.

Dutra ressaltou que, com a denúncia de homicídio doloso qualificado, a pena dos réus pode aumentar. “O homicídio simples tem pena de 6 a 20 anos, já o qualificado, parte de 12 e vai até 30 anos, a pena máxima no Brasil”, detalhou. Ele garantiu que a denúncia é consenso entre os promotores responsáveis pelo caso, apesar de o MP não ter afirmado publicamente a decisão.

Denúncia

A previsão é que o inquérito policial seja finalizado pela polícia no próximo domingo. Dutra explica que, após receber os documentos da investigação, o MP tem o prazo de cinco dias para apresentar a denúncia. “O inquérito é bastante grande, o prazo pode ser pouco tempo. O que temos é a intenção de que, chegando o inquérito, entregar a denúncia no menor prazo possível”, concluiu.

AIFU

A Ação Integrada de Fiscalização Urbana (Aifu) fiscaliza diversos aspectos técnicos — que vão da higiene do local à segurança — nos estabelecimentos comerciais em Curitiba. Participam das ações, policiais militares e civis, bombeiros, guardas municipais, Vigilância Sanitária, Secretaria do Urbanismo e do Meio Ambiente, entre outros órgãos. Por agrupar diferentes entidades, o número de estabelecimentos fechados na capital pode variar conforme as regularizações feitas perante alguns desses órgãos.

27 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Eleição no TJ

A Comissão Especial instalada para analisar a mudança do sistema de escolha do presidente do Tribunal de Justiça, irá apresentar o parecer sobre a Emenda em reunião que será realizada na próxima segunda-feira (4). Com a alteração, todos os 120 desembargadores do TJ poderão ser candidatos à Presidência daquele Poder, e não mais somente os 25 que compõem o Órgão Especial do Tribunal, o que garantiria uma eleição mais democrática.

27 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

MP e delegados defendem prisões de médicos

Provas contundentes

O Ministério Público e a Associação dos Delegados saíram em defesa das investigações que levaram

quatro médicos à prisão, acusados de facilitar mortes em UTI do Evangélico.

Delegados dão apoio à investigação da UTI

[Defesa do hospital] criticou ação da polícia na prisão de médica



Os delegados fizeram manifestação de apoio a Paula Brisola no caso sobre o Hospital Evangélico

Vários delegados de diversas unidades da Polícia Civil de Curitiba e da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) se reuniram, na tarde desta terça-feira (26), na sede da Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná (Adepol), para conceder entrevista coletiva de apoio ao

Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa) e ao trabalho da delegada titular, Paula Brisola, no caso que investiga irregularidades na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um grande hospital de Curitiba.

A manifestação foi comandada pelo presiden-

te da Adepol, Kiyoshi Hattanda, e pelo presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná (Sidedepol), Jairo Estorílio.

Também o Ministério Público divulgou nota de apoio a ação policial. "O inquérito policial conduzido pelo Núcleo de Repres-

são aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), departamento da Polícia Civil do Paraná, está sendo acompanhado, diretamente, pela Promotoria de Proteção à Saúde Pública de Curitiba e pelo Centro de Apoio, com as cautelas necessárias para o esclarecimento dos casos em apuração".

27 FEV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Lewandowski diz que entregará voto do mensalão no prazo

O ministro Ricardo Lewandowski, revisor da Ação Penal 470, o processo do mensalão, no Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem (26) que entregará sua parte para redação do acórdão dentro do prazo. De acordo com o regimento interno do Supremo, o acórdão deve ser publicado até 60 dias após a conclusão do julgamento. No caso da Ação Penal 470, esse prazo se encerra dia 1º de abril. "Vou respeitar rigorosamente o prazo", disse o ministro, ao chegar ao STF ontem à tarde. Segundo Lewandowski, há divergência de entendimentos na

Corte se o prazo de 60 dias é para a publicação do acórdão ou se é para a entrega da parte de cada ministro. O acórdão é o

documento que traz um resumo do julgamento, os votos dos ministros e a transcrição do que foi discutido.



Ministro Ricardo Lewandowski: "Vou respeitar rigorosamente o prazo"

27 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

MP pede ouvidoria federal contra tortura policial no Estado de SP

Ação civil pública é resultado de debate iniciado logo após morte de publicitário por PMs da capital, em julho

O Ministério Público Federal ingressou esta semana com uma ação civil pública para que a União seja obrigada a criar uma ouvidoria federal para fiscalizar e receber denúncias contra torturas e abusos policiais em São Paulo. A medida judicial é resultado do debate iniciado em julho do ano passado, às vésperas da crise de segurança no Estado, logo depois do assassinato do publicitário Ricardo Prudente de Aquino durante uma abordagem da Polícia Militar.

Na época, o MPF chegou a discutir a possibilidade de pedir o afastamento do comando da PM e intervenção federal em São Paulo. “Apesar das fortes críticas, muita coisa mudou, inclusive a cúpula da segurança e das polícias. A medida visa a cobrar a União a se comprometer a resolver um problema de São Paulo. Não se trata de uma questão partidária, mas um problema real”, diz o promotor federal Matheus Baraldi Magnani, autor da ação.

O MPF sugere que, caso São Paulo seja condenado, a União tenha o prazo de 180 dias para a criação da ouvidoria federal.

O promotor argumenta na ação que o Brasil ratificou desde 1991 a Convenção Contra a Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU), mas poucas medidas foram tomadas pela União para controlar a tortura no País.

Um projeto de lei tramita no Congresso desde 2005, mas, segundo a promotoria, cria instrumentos de combate à tortura apenas para os presídios e para pessoas privadas de liberdade.

Na ação, a definição de tortura é de dor física ou psicológica causada ilicitamente por um funcionário do Estado contra o cidadão. Caberia para vítimas de abusos do Estado de uma maneira geral.

Para a elaboração da ação, foram ouvidos os pais de dois jovens que em julho desapareceram depois de serem abordados por uma viatura da Força Tática, em Guarulhos. “Esses pais foram torturados pelas autoridades, já que perderam seus filhos e até hoje precisam lidar com essa dor intensa”, diz Baraldi.

O promotor nega que com a ação esteja querendo substituir o papel do Executivo na elaboração de políticas públicas. A criação de uma ouvidoria federal exige apenas uma medida administrativa e não demanda mudança de legislação. “A ação busca cobrar um compromisso assumido pela União em um tratado internacional que não está sendo cumprido. O mínimo que pode ser feito é ouvir as denúncias das vítimas de tortura”.

O diretor adjunto da Conectas, Marcos Fuchs, acredita que a criação de uma ouvidoria federal no Estado pode ajudar na fiscalização dos abusos cometidos em delegacias, nos presídios e nas ruas. “A União pode ter um papel de fiscalização importante”, diz.

Durante a crise de segurança no ano passado, a Ouvidoria de Polícia de São Paulo foi criticada pela discricção nas críticas contra violência.

O Estado entrou em contato na noite de ontem com o Ministério da Justiça, mas não obteve resposta. A assessoria da Secretaria de Segurança Pública informou não ter sido notificada da ação citada. Portanto, segundo a assessoria, não poderia se manifestar sobre algo que desconhece.

27 FEV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

DISPUTA

Julgamento do caso Odebrecht é suspenso

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu ontem o julgamento de ação que envolve uma disputa entre as famílias Odebrecht e Gradin por ações da Odbinv – controladora da Odebrecht. O ministro Raul Araújo Filho pediu vista do processo. O que está em questão, neste momento, é se a disputa será resolvida no Judiciário, como quer a Odebrecht, ou por arbitragem, como defendem os Gradin.

VOTUPORANGA

Justiça arquiva ação contra sinos de igreja

A Justiça mandou arquivar a ação movida por dois moradores contra as badaladas dos sinos da Igreja Matriz. O pároco da igreja recolheu 17 mil assinaturas a favor dos sinos. A Justiça entendeu que as badaladas já são patrimônio cultural da cidade. Além de marcar as horas cheias, entre 7h e 22h, o sino toca às 18h um trecho da música *Ave Maria*.

FOGO EM SANTA MARIA

MP vai acusar 4 por homicídio qualificado

O Ministério Público vai acusar pelo menos os dois sócios da boate Kiss, em Santa Maria (RS), e dois integrantes da banda Gurizada Fandangueira por homicídio doloso qualificado. A denúncia será oferecida à Justiça cinco dias depois da conclusão do inquérito policial, prevista para o dia 3. A tragédia, no dia 27 de janeiro, matou 239 pessoas. Os quatro suspeitos estão na penitenciária de Santa Maria.

Tribunal decide se CBF e FPF vão pagar multa

O Tribunal de Justiça de São Paulo decide hoje se a CBF e a Federação Paulista de Futebol terão de pagar multa de R\$ 220 milhões por causa dos desdobramentos do escândalo da Máfia do Apito, ocorrido em 2005.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Lei anterior
só vale se
decisão
saiu em sua
vigência**

27 FEV 2013

A ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, negou seguimento a um recurso da defesa de Alexandre Nardoni, que pedia a realização de novo júri. Nardoni virou notícia quando foi acusado pelo Ministério Público do assassinato de sua filha Isabella, de cinco anos.

Condenado a 31 anos, um mês, e dez dias de prisão pelo assassinato e por mais oito meses, mais 24 dias-multa, por conta de fraude processual, Nardoni havia apelado com base nos artigos 607 e 608 do Código de Processo Penal, vigentes à época do crime.

Segundo a norma, o protesto por novo júri era admitido quando a sentença condenatória fosse de reclusão por tempo igual ou superior a 20 anos. O Tribunal de Justiça de São Paulo negou o recurso, mas reduziu as penas de Alexandre para 30 anos, dois meses, e 20 dias de reclusão pelo homicídio, e para oito meses de detenção pela fraude processual.

Segundo a defesa de Nardoni, a norma que possibilitava o protesto por novo júri foi revogada após o fato em julgamento, no caso o homicídio, e que os efeitos dessa mudança não poderiam prejudicar os réus, já que ela estaria "ligada aos direitos fundamentais e à pena".

A ministra Laurita Vaz, ao analisar o caso, ressaltou que "o fato de a lei nova ter extinguido o recurso de protesto por novo júri não afasta o direito à recorribilidade subsistente pela lei anterior". No entanto, para avaliação da possibilidade de utilização de recurso suprimido, a relatora explicou que a lei que deve ser considerada é aquela vigente no momento em que surge para a parte o direito subjetivo ao recurso, ou seja, quando há a publicação da decisão a ser impugnada.

O assassinato da menina Isabella aconteceu em 2008. Segundo a acusação, Alexandre Nardoni e sua mulher, Anna Carolina Nardoni, madrasta de Isabella, jogaram a menina pela janela do apartamento onde moravam, no sexto andar, julgada em 2010.

27 FEV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Classe policial defende investigação na UTI

A resposta aos questionamentos sobre a condução da investigação das mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico veio do Ministério Público do Paraná (MP-PR) e do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná (Sidepol), ontem. As entidades apoiaram o trabalho do Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa) e o MP afirmou em nota que se “manifestou favoravelmente em relação aos pedidos de prisão e de busca e apreensão”.

Pela nota os “elementos probatórios que constam até o momento no inquérito são considerados fortes”. Ainda foi informado que os trabalhos da Polícia Civil são acompanhados diretamente pela Promotoria de Proteção à Saúde Pública de Curitiba e pelo Centro de Apoio.

Afastamento

Sobre o pedido de afastamento da delegada-titular do Nucrisa, Paula Brizola, o Sidepol considerou a ação como “uma clara tentativa de intimidar a investigação”. Quanto a ter indeferido o pedido de vistas dos autos da defesa da médica Virgínia Soares de Souza, o diretor-presidente do Sidepol, Jairo Estorilio, disse que a delegada cumpriu “tudo que o segredo de Justiça previa”.

O Sidepol também defendeu que os trabalhos do Nucrisa seguiram padrões internacionais, “utilizando todos os recursos atuais de intervenção permitidos pelo Estado de Direito, tais como interceptação telefônica, infiltração, oitivas de testemunhas e requisição de documentos”.

Às claras

Com a revogação do segredo de Justiça, apenas depoimentos colhidos poderão ser divulgados. Segundo o MP, por conta da Lei das Interceptações os áudios das ligações telefônicas só poderão ser acessados pelos advogados do caso. No final da tarde de ontem, o advogado de Virgínia, Elias Mattar Assad, obteve a cópia dos áudios.



Jairo: padrões internacionais.

Cerco à exploração infantil

O Ministério Público do Trabalho do Paraná (MPT-PR) apresentou, para os representantes da Federação Paranaense de Futebol, do Coritiba, do Atlético e do Paraná Clube, em reunião que aconteceu na sede da FPF, na semana passada, o novo plano de trabalho para enfrentamento da exploração de crianças e adolescentes no mundo da formação profissional desportiva. Esta ação faz parte da mobilização nacional feita pelo MPT a clubes de futebol sobre a proibição de exploração infantil nas categorias de base.

O MPT-PR atua intensamente, desde 2007, para a adequação dos clubes em relação à formação profissional dos atletas, desde as categorias de base. Entretanto, o Trío de Ferro da Capital apresentou Termo de Ajuste de Conduta e comprometeu-se a preservar os direitos dos atletas mirins. Segundo a assessoria de imprensa do MPT-PR, os três times estão praticamente adequados a este novo plano. Uma nova reunião deve acontecer no dia 8 de março.